

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de setembro/2016, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em setembro/2016, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência setembro/2016, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 14 de outubro de 2016), definir aplicação de valores recebidos do pagamento da 9ª parcela do Parcelamento nº 00104-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 993, de 06 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e relatar a falta de recolhimento da competência junho, julho e agosto/2016 por parte da Prefeitura Municipal e expiração do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos:** Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva:** Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo:** Ellen Sandra Ruza Poliselí, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal:** Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início à reunião, foi relatado segundo analistas que: EUROPA Conforme a agência Eurostat, também em setembro o desemprego se manteve estável na zona do euro, sendo que a taxa de 10,1% foi a mais baixa já registrada desde julho de 2011. A inflação do consumidor da região acelerou para uma taxa anual de 0,4%, depois de um avanço de 0,2% em agosto. O resultado ficou em linha com a expectativa dos analistas, embora muito abaixo da meta de 2% do BCE, que em sua última reunião manteve inalteradas as taxas de juros e reiterou que o programa de compra de ativos irá até março de 2017. Já a atividade econômica registrou expansão de 0,3% na comparação trimestral e 1,6% na base anual. O crescimento do PIB se deu por conta das fortes exportações e da demanda interna elevada. Entretanto, o crescimento desacelerou em relação aos períodos anteriores, devido ao enfraquecimento da formação de estoques e dos investimentos. EUA Nos EUA, de acordo com o Departamento de Comércio, o crescimento do PIB americano no segundo trimestre foi revisado pela última vez e apontou uma expansão de 1,4%, em base anual. A revisão para cima dos dados se deveu a uma queda menor que a esperada dos investimentos de capital e uma maior força das exportações, além

da permanência do dado positivo de consumo interno. Já a criação de novos empregos não agrícolas, em setembro, estimada em 170 mil vagas, foi efetivamente de 156 mil vagas. A taxa de desemprego subiu de 4,9% para 5%, com um maior número de americanos procurando trabalho, o que revela melhores expectativas. Em sua reunião em 21 de setembro, o comitê de política monetária do banco central norte-americano, o FED, decidiu manter a taxa básica de juros entre 0,25% e 0,50%, mas sinalizou que ainda pode elevar os juros até o final do ano, diante da melhora do mercado de trabalho, inclusive. ÁSIA Na China, foi divulgada a inflação do consumidor de 1,3% em base anual, em agosto, desacelerando para atingir o ritmo mais fraco em quase um ano. A pressão mais forte veio por conta da queda dos preços dos alimentos. A meta é de uma inflação anual de 3%. No Japão, sob o regime de juros negativos, o banco central anunciou que modificará a composição do seu expressivo programa de compra de ativos com o objetivo de evitar uma queda das taxas de juros de longo prazo, ainda positivas. MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL No mercado internacional de renda fixa, influenciado pela aproximação do aumento dos juros pelo FED, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento ao redor de 1,60% a.a. no final de agosto, terminaram setembro com um rendimento de 1,69% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o mês rendendo 0,89% a.a. Os emitidos pelo governo alemão fecharam o mês com rendimento positivo de 0,01%, depois do negativo de -0,04% a.a no mês anterior. Paralelamente, o dólar se desvalorizou 0,69% perante o euro e 2,01% perante o yen, por exemplo. As bolsas europeias caíram em sua maioria no mês de setembro, por conta da queda dos preços das ações de instituições financeiras, sobretudo do Deutsche Bank. A bolsa alemã caiu 1,09% e a inglesa (FTSE 100) 0,15%. A do Japão (Nikkei 225) recuou 1,82%, enquanto a americana (S&P 500) subiu 0,17%. No mercado de commodities, o petróleo, depois da notícia que a OPEP alcançou um acordo para reduzir a sua produção de 33,2 milhões de barris por dia para 32,5 milhões, subiu no mês, o tipo Brent, 4,31%. CENÁRIO NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA De acordo com o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia da evolução do PIB cedeu 0,09% em julho, na comparação com junho. Em doze meses a queda foi de 5,61%. O consumo das famílias continuou evoluindo de forma negativa, assim como o consumo do governo. No entanto, a diretora-gerente do FMI, em uma análise da economia mundial, afirmou que a Rússia e o Brasil estão mostrando algum sinal de melhora em suas economias. O fato é que a confiança da indústria registrou em setembro a maior marca desde julho de 2014 e a confiança do consumidor chegou ao maior nível em 20 meses, conforme a FGV. Por sua vez, a taxa de desemprego atingiu 11,8% no trimestre encerrado em agosto, conforme a Pnad Contínua, sendo que um ano antes a taxa era de 8,7%. O contingente de desempregados chegou a 12,02 milhões de pessoas. A renda média de R\$ 2.011,00 apresentou queda real de 1,7% frente ao ano anterior. SETOR PÚBLICO Conforme informou o banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 22,3 bilhões em agosto. No ano, o déficit acumulado foi de R\$ 58,9 bilhões e em doze meses de R\$ 169 bilhões (2,77% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 418 bilhões (6,86% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 587 bilhões

(9,64% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R\$ 4,27 trilhões (70,1% do PIB), elevando-se 0,5 p.p. em relação ao mês anterior. INFLAÇÃO Com os preços dos alimentos, especialmente o da carne, exercendo menor pressão, a inflação medida pelo IPCA desacelerou, de 0,44% em agosto para apenas 0,08% em setembro. No ano, a alta acumulada chegou a 5,51%, e em doze meses a 8,48%. Já o INPC, também subiu 0,08% em setembro e acumulou um avanço de 6,18% no ano, e de 9,15% em doze meses. JUROS Com a divulgação da ata da última reunião do Copom realizada no final de agosto, o Banco Central começou a preparar o terreno para uma redução da taxa Selic num futuro próximo. E no último Relatório Trimestral de Inflação, apresentado em setembro, a autoridade monetária já passou a acreditar na inflação abaixo do centro da meta de 4,5% em 2017. A projeção é de 4,4% para o IPCA no próximo ano, e de 3,8% em 2018. CÂMBIO E SETOR EXTERNO A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de setembro cotada em R\$ 3,2462, com uma valorização de 0,68% no mês, mas com uma desvalorização de 16,87% no ano e de 21,16% em doze meses. Em agosto, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 579 milhões, acumulando em doze meses, saldo negativo de US\$ 25,8 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 7,2 bilhões, acumulando em doze meses, um saldo positivo de US\$ 74 bilhões. As reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 378,8 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 338,1 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em setembro um superávit de US\$ 3,8 bilhões. No acumulado do ano, registrou um superávit de US\$ 36,17 bilhões. RENDA FIXA Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês acabou sendo o do IRF-M1+, com alta de 2,33%, seguido do IRF-M Total com 1,96%, e do IMA-B 5+ com 1,57%. No ano, o melhor desempenho acumulado até setembro foi do IDkA 20A (IPCA) com 48,84%, seguido do IMA-B 5+ com 28,05% e do IRF-M 1+ com alta de 25,23%. RENDA VARIÁVEL Para o Ibovespa, a alta foi de 0,80%, levando o acumulado no ano para um ganho de 34,64%, e em doze meses para 32,26%. PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL Depois de ter mantido inalteradas as taxas de juros em sua reunião de setembro, aumentou a possibilidade da elevação dos juros nos EUA. O mercado internacional estará focado na próxima reunião do FED no dia 2 de novembro e nas eleições americanas no dia 8 seguinte. A eleição de Donald Trump seria um evento absolutamente inesperado e indesejado pelo mercado financeiro, cujas reações adversas seriam imprevisíveis. MERCADO NACIONAL Para o mercado local, o fato de maior importância será a aprovação da PEC 241, que estabelece um teto para os gastos públicos federais, a melhor forma de ajuste fiscal, por ser gradual e por talvez dispensar a necessidade do aumento de impostos. Para os economistas, o ajuste fiscal poderia levar o país a uma queda duradoura das taxas de juros. Depois da boa surpresa com a inflação de setembro, que atingiu o menor patamar para o mês desde 1989, o presidente do Banco Central afirmou que é preciso serenidade, já que há muito ainda a ser feito para a recuperação de nossa economia. Em outubro, o Copom irá se reunir novamente. Sob a ótica da alocação dos recursos dos RPPS, tendo-se em vista o médio e longo prazos, a

nossa recomendação é de uma exposição de 45% nos vértices mais longos (dos quais 10% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 35% para o IMA-B Total), 25% para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) e 5% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de setembro/2016** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de setembro/2016, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. **Seguindo foi discutida a definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência setembro/2016 (cujo vencimento se dará em 14 de outubro de 2016), descontadas as despesas administrativas e também definição da aplicação do pagamento da 9ª parcela do Parcelamento nº 00104-2016.** Considerando que a Prefeitura Municipal não está efetuando os repasses na data do vencimento, deixaremos de definir o segmento a ser investido dos recursos repassados nesta reunião e faremos convocação extraordinária quando o pagamento for efetuado, visando aderência ao comportamento do mercado no momento do recolhimento das guias. **Em seguida foi relatado que o pagamento da competência junho, julho e agosto/2016 da Prefeitura Municipal não foram repassados até a presente data. Todavia, os membros do Comitê de Investimentos, da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal ratificaram a lamentação do fato e ainda reiteraram a necessidade continuar alertando verbalmente o Poder Executivo Municipal sobre a expiração do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária que ocorreu na data de 17/09/2016 e que sua renovação não pode ser efetuada devido os atrasos nos repasses relatados.** Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do **Comitê se dará**

**em 09 de novembro de 2016, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 07 de outubro de 2016.

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Rosângela Marisa Tezzon: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

**CONSELHO DELIBERATIVO:**

Ellen Sandra Ruza Polisel: \_\_\_\_\_

Osmar Games Martins: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Carlos César de Oliveira: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

**CONSELHO FISCAL:**

Sônia Aparecida Fiorilli: \_\_\_\_\_

Isvaldir Lopes Veigas: \_\_\_\_\_

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: \_\_\_\_\_

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Rosângela Marisa Tezzon: \_\_\_\_\_

Célia Maria Bassi: \_\_\_\_\_